

O ANTILUSITANISMO E A AFIRMAÇÃO DA NACIONALIDADE

Ricardo Luiz de Souza*

RESUMO

Abrangendo um período que vai da Independência ao início do século XX, o texto tem como objetivo entender as origens e os sentidos do antilusitanismo na história brasileira, tendo como ponto de partida os episódios históricos nos quais ele se afirmou de forma mais expressiva e radical. O antilusitanismo, além de estruturar-se por motivos econômicos, foi uma maneira de afirmar uma nacionalidade em construção, mediante a ruptura com o passado colonial, e como tal deve ser entendido.

PALAVRAS-CHAVE: *Antilusitanismo. Comércio. Nacionalismo.*

De onde surgiu o sentimento antilusitano? Ele esteve presente já no período colonial e expressa-se com toda a clareza, por exemplo, na obra de um Gregório de Mattos, além de alcançar expressão concreta nas revoltas nativistas do período. A hostilidade em relação à Coroa, que já se avolumara durante o século XVIII, tornou-se irrefreável no século seguinte. A corte de D. João VI já foi vista com escárnio pela população carioca, que apelidou

* Professor da Fundação Educacional Monsenhor Messias (FEMM, Sete Lagoas – MG). Mestre em Sociologia e Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: riclsouza@uol.com.br.

POLITEIA: Hist. e Soc.	Vitória da Conquista	v. 5	n. 1	p. 133-151	2005
------------------------	----------------------	------	------	------------	------

seus membros de “toma-larguras, devido a suas casacas abertas de longas abas pendentes” (LIMA, 1945, v. I, p. 86). Restou ao monarca, apenas, administrar a ruptura inevitável, enquanto sua memória passou a conviver com a antipatia da historiografia brasileira – apesar dos esforços de um Oliveira Lima – e com a imagem depreciativa que se entranhou no imaginário popular.

Visitando o Brasil algumas décadas depois, Kidder e Flecher (1941, v. II, p. 275) localizam as origens do antilusitanismo no período joanino, quando os recém-chegados teriam ocupado todos os cargos existentes na Igreja e no Estado, excluindo os naturais da terra. Tal sentimento é mais antigo, mas a observação dos autores ajuda-nos a entender sua dinâmica e transformações no período da independência.

O antilusitanismo teve como um de seus fatores, evidentemente, a situação política. Os portugueses tenderam, desencadeado o processo de Independência, à defesa de uma posição absolutista e conservadora, enquanto a burguesia transformou-se, como acentua Sérgio Buarque de Holanda (1983, p. 79-80), em objeto, e não em sujeito, da ira revolucionária, e a aristocracia rural embarcou nas ondas da revolta, adotando posição firmemente nativista. Os papéis ficaram aparentemente fora do lugar.

Por outro lado, as relações comerciais entre Brasil e Portugal perderam relevância a partir da assinatura, em 1827, do tratado comercial entre Brasil e Inglaterra, embora fosse pensada, até o ano anterior, a assinatura de um tratado entre os dois países que determinasse a recíproca redução dos direitos alfandegários (PEDREIRA, 1994, p. 358). Isto gerou um descompasso entre a influência política mantida pelos portugueses no período e a perda de relevância econômica nas relações entre Brasil e Portugal.

O antilusitanismo consolidou-se, também, em razão da necessidade de ruptura com o passado colonial; não por acaso, um líder revolucionário como frei Caneca assim se referiu a este passado: “trezentos anos já não digo de infância, sim de uma vil escravidão, ainda não sucedeu a povo nenhum do globo, por mais desfavorecido da fortuna e natureza” (MELLO, 2001, p. 114). E não se esqueceu de mencionar os cargos e empregos ocupados pelos portugueses, adicionando motivos bem práticos à sua revolta contra a dominação lusitana.

Aqui, Caneca toca em um ponto crucial: o monopólio dos empregos no comércio pelos portugueses tornou-se, até o século XX, fonte permanente

de hostilidade em relação a eles. Segundo pesquisa feita por Lenira Menezes Martinho, 67% dos portugueses que entraram no Brasil em 1827, 44,8% dos que entraram em 1828 e 41% dos que entraram em 1829 destinavam-se a caixeiros (MARTINHO, 1976, p. 50). Torna-se compreensível, portanto, o fato de um farmacêutico carioca chamado Ezequiel Correia dos Santos publicar, entre 1829 e 1831, um jornal chamado **Nova Luz Brasileira** onde misturava antilusitanismo e preconceito racial baseando-se na questão dos caixeiros portugueses, criticando os “caixeiros imprudentes com presunção de possuir a cor branca que é a cor conquistadora ou dos senhores” (SOUSA, 1998, p. 235). A exacerbação do nativismo no período posterior à Independência gerou, finalmente, atitudes curiosas, como um novo corte de cabelo com uma risca bem aberta, que passou a ser chamada de “estrada da liberdade” (ALENCASTRO, 1998, p. 60).

Não é possível, contudo, traçar uma linha sem contrastes que demarque brasileiros e portugueses no processo de Independência, uma vez que um grande número de portugueses aderiu ao Império e declarou-se partidário de Pedro I, o que não impediu que eles fossem identificados como portugueses, ou seja, contrários à Independência, pelos brasileiros (RIBEIRO, 1995, p. 47).

De qualquer forma, o período posterior à Independência foi pontilhado por manifestações de antilusitanismo, tal como esta ocorrida na Bahia em 1826 e narrada por Tobias Monteiro (1939, t. II, p. 143):

Em abril de 25 um marujo português matou um soldado do batalhão de Minas. Os soldados de quase todos os batalhões caíram sobre os portugueses da cidade baixa, centro de todo o comércio, e espancaram sem piedade até brasileiros, semelhantes de algum modo aos adversários visados.

Reis narra episódio muito semelhante, ocorrido cinco anos depois:

Em abril, os baianos receberam notícias de conflitos entre brasileiros e portugueses no Rio de Janeiro, notícias que imediatamente incendiaram seus espíritos. Ao rumor, nunca confirmado, de que um português assassinara um brasileiro, a população foi às ruas e deu início à violência contra propriedades e pessoas de Portugal (REIS, 1991, p. 45).

Os episódios descritos por Monteiro e Reis não foram isolados. Pertencem a um ciclo de violências contra portugueses que durou anos e não foi gratuito: refletiu, pelo contrário, o antilusitanismo predominante na

sociedade baiana do período, sendo comum a diferentes classes sociais. Os ricos ressentiam-se da presença de portugueses em postos de comando da administração estatal, o que bloqueava a obtenção do domínio político por parte das elites regionais; ressentimento agravado, ainda, pelo fato de a Corte ter se comprometido a bancar os prejuízos sofridos pelos portugueses durante a guerra de independência, excluindo os brasileiros da promessa. Já os pobres dirigiam sua hostilidade aos comerciantes portugueses, acusados de especular com bens e encarecer os preços (REIS, 1986, p. 40). Com isto, a sociedade da época transformava o antilusitanismo em denominador comum, e a morte de um soldado transformava-se facilmente em pretexto para a explosão do barril.

Tal fenômeno não se restringiu à Bahia. Escrevendo poucos anos após a Independência, Gardner registra a animosidade reinante entre brasileiros e portugueses, definindo-a como menos comum entre os ricos e talvez mais acentuada nas províncias do interior. E afirma: “sempre que um motim ou qualquer tentativa de revolta se verifica no interior – estas ocorrências são, infelizmente, demasiado freqüentes – os pobres portugueses são as primeiras vítimas, chacinadas, sem piedade, roubados de quanto possuem” (GARDNER, 1975, p. 23).

O autor toma o partido dos portugueses que, por serem “trabalhadores”, em contraste com os “orgulhosos e indolentes brasileiros”, prosperam com maior rapidez, o que termina atizando a hostilidade nativa. E conclui: “não há sentimento de simpatia entre as duas nações” (GARDNER, 1975, p. 155).

O antilusitanismo foi um dos caminhos utilizados para o reconhecimento de uma nacionalidade brasileira a sobrepor-se às fidelidades regionais predominantes no período anterior à Independência, mas implicou, também, em alguns episódios, uma tomada de consciência de diferenças raciais por parte de negros e mulatos, cristalizada principalmente durante a ocorrência de motins, com estes, afirmando-se em contestação aos portugueses. Na ocorrência de um levante urbano no Recife em 1823, por exemplo, um verso distingue marinheiros e caiados, em que aqueles são os portugueses, e estes, os brancos brasileiros, e promete eliminar ambos em benefício de negros e pardos (CARVALHO, 1998, p. 196). Os brancos são os inimigos, mas, na definição do campo oposto, o antilusitanismo está também presente.

Mas alguns fatores, deve-se lembrar, atuaram no sentido oposto à consolidação do antilusitanismo. Em 1823, foram abolidos os monopólios e as corporações e instituída a liberdade de ofício, ou seja, caberia à livre concorrência aperfeiçoar o exercício das diversas profissões. Com isto, como acentua Coelho, evitou-se a criação de monopólios que poderiam beneficiar, por exemplo, médicos e magistrados portugueses, mas o sentimento antilusitano, ressalta ainda o autor, teria sido provavelmente eficaz no combate a tais monopólios (COELHO, 1999, p. 228). A liberdade de ofício funcionou, de qualquer forma, como elemento de diluição do antilusitanismo.

Com a morte de Pedro I, o fim do Regresso não significou, como poderia se esperar, um arrefecimento do antilusitanismo. Não havia mais o inimigo político a ser combatido, mas existiam reformas a serem executadas – por consenso ou pela força – e havia uma nacionalidade ainda um tanto vaga em processo de construção. Tal construção implicava um corte com o passado colonial do qual os portugueses ainda residentes no Brasil eram vistos como herdeiros. A luta contra esse passado revestiu-se, assim, de um conteúdo simbólico: lutava-se por uma ruptura efetiva que ainda não havia ocorrido e, em tal ruptura, residia a esperança de afirmação da nacionalidade.

Em 1831, foi elaborada, no contexto de uma sublevação popular e militar – a chamada crise de julho, ocorrida poucos dias após a posse de Feijó –, a proposta de proibir durante dez anos a entrada de portugueses no Brasil (QUINTAS, 1985, p. 233). No mesmo ano, foi publicada em *Astréa*, gazeta dirigida por Vieira Souto, “uma crítica acerba às cabalas nas eleições da Guarda Nacional que tenderiam a excluir das posições de mando e responsabilidade os naturais do Brasil em proveito dos naturais do Reino europeu” (HOLANDA, 1996, p. 303).

O antilusitanismo do período regencial continuou, igualmente, a gerar revoltas populares. Em 30 de maio de 1834, em Cuiabá, eclodiu o “matabicudo”, conjunto de distúrbios nos quais diversos portugueses foram assassinados pela população, em uma insurreição que só foi aplacada a 4 de setembro. Segundo Bessone (2000, p. 501), “a cidade de Cuiabá ficou sob o controle de bandidos que obrigaram todas as casas a acender luminárias, festejando a terrível matança”.

Outros episódios podem ser mencionados: o que seria o Hino Nacional Brasileiro, de autoria de Francisco Manuel da Silva, era conhecido, no período regencial, como Hino ao 7 de Abril e, nele, os portugueses são chamados de

“monstros” em três diferentes versos, além de serem agredidos neste trecho, marcado pelo anti-semitismo:

Homens bárbaros, gerados
de sangue judaico e mouro
desenganai-vos: a pátria
já não é vosso tesouro
(PEREIRA, 1995, p. 23).

Fatores políticos contribuíram para a manutenção do clima de animosidade. Feita a Independência, os portugueses permaneceram não apenas exercendo altos cargos públicos, como terminaram por constituir a roda palaciana em torno de Pedro I. Criou-se um “gabinete secreto” de amigos portugueses do imperador, enquanto metade dos ministros era composta por burocratas, civis ou militares, intimamente ligados à atividade comercial: sinal claro da ascendência portuguesa sobre o regime recém-criado. Tal situação gerou ressentimentos e desconfianças em relação ao monarca, sentimentos que eclodiriam, finalmente, em março de 1833, na noite das garrafadas, quando portugueses e brasileiros protagonizaram uma batalha campal pelas ruas do Rio de Janeiro, na qual “houve várias pessoas feridas e a verdade é que, por melhor preparados e por inação ou conivência da polícia, os caixeiros portugueses dominaram quase sempre os seus adversários” (SOUSA, 1952, v. III, p. 897).

O conflito – que durou alguns dias – opôs os cabras brasileiros aos pés-de-chumbo portugueses. Nasceu de uma briga entre um sapateiro mulato e portugueses, durante os preparativos para uma festa em homenagem a Pedro I, que retornava de viagem a Minas, e envolveu grupos provenientes da chamada Cidadela portuguesa no Rio de Janeiro e grupos que tinham sua base na freguesia de Sacramento, ponto de encontro de maltas de capoeiras e irmandades de pretos (SOARES, 2001, p. 341-2). Além de um conflito gerado pelo antilusitanismo, a noite das garrafadas foi, também, um conflito racial que opôs, basicamente, portugueses a negros e pardos cariocas.

O período regencial significou, por outro lado, uma virada no antilusitanismo, que permaneceu, mas tomando, agora, outro sentido. Como acentua Monteiro (1973, p. 142), “foi a partir da morte de Pedro I e da Maioridade que as campanhas nacionalistas antilusitanas se deslocaram do terreno propriamente político para o econômico, o social, o literário e o jornalístico”.

A Independência não significara o fim do poder lusitano, em termos econômicos, exercido pelo predomínio sobre o comércio. Se o antilusitanismo político perdesse, obviamente, todo o sentido ligado à necessidade de ruptura, fatores econômicos pautaram a hostilidade ao português décadas após a autonomia política. Com isto, as revoltas do período tingiram-se frequentemente de um caráter antilusitano, e os gritos de “mata marinho” e “morra português” enchiam as ruas, precedendo as reivindicações de nacionalização do comércio a retalho (MATTOS, 1994, p. 71).

Um exemplo nítido do caráter antilusitano das rebeliões ocorridas no período encontra-se na carta escrita em 1838 por Sabino, líder da Sabinada baiana, na qual ele pede rigor absoluto contra os portugueses:

Isto deves já recomendar, e aterrâ-los, e dizeres aos marotos tu mesmo que qualquer desconfiança mandarás um piquete a fuzilá-los mesmo dentro dos cárceres. Corre tu já a prendê-los dentro mesmo de casa, bota-os fora da toca, anda Mattos, que essa medida salva sem dúvida a Bahia, nossa querida pátria (Apud SOUZA, 1987, p. 182).

E ainda um líder revolucionário como Cipriano Barata transformou o antilusitanismo em mote permanente de suas campanhas – como, aliás, boa parte dos líderes envolvidos nas rebeliões provinciais – e compôs quadras como esta:

Treme maroto, do fado,
chora a tua desventura,
que o bem que agora desfrutas
breve foge, não te duras
(Apud SODRÉ, 1966, p. 191).

Também em 1848, o antilusitanismo foi largamente e habilmente utilizado como pretexto político para promover agitações populares. Segundo Marson (1981, p. 64),

O português (proprietário ou caixeiro) em sua loja de comércio a retalho era o último elo de uma longa corrente que começava nos fornecedores ingleses e agiotas estrangeiros que dominavam a economia provincial, aliados ao governo com sua política de impostos. Como era o elo mais próximo do consumidor, representava todo o sistema e era responsabilizado pelas suas decorrências, especialmente a fome e o desemprego.

Desta forma, o antilusitanismo terminou por constituir-se em fator decisivo de mobilização no Recife de 1848, durante a Revolução Praieira. O **Regenerador Brasileiro**, jornal pernambucano editado em 1848, afirmava que 6.000 portugueses controlavam o comércio de retalhos na província, empregando 12.000 caixeiros portugueses e privando de seus empregos 18.000 brasileiros (MOSHER, 2000, p. 888). E, em **O Progresso**, jornal editado por Antônio Pedro de Figueiredo, principal líder popular da revolução, ressurgiu a velha queixa referente ao monopólio do comércio a retalho pelos portugueses, mas, agora, ampliada, a referência abrange os “capitalistas europeus que controlariam, por seu turno, o que o autor chama de comércio de grosso-trato” (QUINTAS, 1967, p. 21). O antilusitanismo é englobado, aqui, em uma perspectiva marcadamente nacionalista e mais abrangente. É precoce: somente no século XX, tal crítica ao domínio do capital estrangeiro encontraria bases sólidas.

Também no **Libelo do Povo**, escrito em 1847, temos presente a defesa da adoção de medidas protecionistas, bem como a invocação do sentimento antilusitano para justificá-las, retomando a velha questão do monopólio comercial:

Em vão tentará o filho do país ser admitido como caixeiro nos delubros da plutocracia lusitana; todas as portas se lhes fecham; tais empregos estão reservados para os patrícios pequeninos, que vieram ou hão de vir d’além mar contando com o apoio e a proteção desta confraria de nacionalidade (Apud MARTINS, 1996, v. II, p. 396).

O antilusitanismo expresso na campanha contra os comerciantes portugueses misturou-se, por fim, ao clima revolucionário vivido no Recife de 1848, extrapolando em situações de autêntica lusofobia, como a registrada nesta carta publicada em **A voz do Brasil**, jornal nacionalista pernambucano, no qual o acusado é um comerciante português de Maceió:

Esse burro deflorou uma nossa patricia, e gravidou-a, ao mesmo tempo que gravidou a mãe da mesma rapariga! Horror! Infâmia! Senhor [leitior], cá, vosmecê, tenha olho vivo com esse patriarca da prostituição. Olhe que vosmecê é brasileiro, e que o bicho é bom na broxa (Apud ALENCASTRO; RENAUX, 1998, p. 310).

Registra-se, aqui, um antilusitanismo latente no terreno da sexualidade e presente, também, em versos como estes, antigos e muito populares à sua época:

Marinheiro, pé-de-chumbo,
Calcanhar de frigideira;
Quem te deu a confiança
De casar com brasileira?

Derrotado o movimento revolucionário, permanece, entretanto, um clima antilusitano no Recife dos anos 70, presente em polêmicas que envolviam membros do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, hostis e favoráveis aos portugueses, o que levou o Gabinete Português de Leitura a utilizar o tricentenário do falecimento de Camões para assinalar o que considerou preconceito contra as coisas portuguesas (MELLO, 1997, p. 388). Mantendo-se especialmente forte em regiões como Pernambuco, de forte tradição revolucionária, o antilusitanismo chegou a ponto de levar portugueses ali residentes a buscarem refúgio em Angola: Gilberto Freyre encontraria ali seus descendentes, mais de um século depois (FREYRE, 1959b, p. 312).

Tal hostilidade andava em busca de motivos para aflorar. Desta forma, as críticas e ironias que Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão dedicaram aos brasileiros em *As farpas* geraram um clima de animosidade entre os intelectuais brasileiros contra os novos intelectuais portugueses e ajudaram a demonstrar que, pelo menos em Pernambuco, o antilusitanismo ainda não havia desaparecido; permaneceu apenas latente, como salienta Cavalcanti, que enumera os vários artigos publicados na imprensa local, cujos conteúdos eram francamente hostis a Ramalho e a Eça. Segundo ele, “em Pernambuco, por condições especiais, despertaram os artigos uma inesperada reação popular, envolvendo todas as camadas sociais da Província, sobretudo no Recife e em Goiana, próspero município do interior” (CAVALCANTI, 1966, p. 63). Foi feito mesmo, a 30 de julho de 1872, em Goiana, um banquete em sinal de desagravo aos moradores da cidade, motivado pelos artigos (CAVALCANTI, 1966, p. 105).

Desvinculado de movimentos políticos – à exceção da revolução de 1848 – o antilusitanismo permaneceu, assim, como sentimento e como mentalidade durante o império, gerando situações extremas como o parricídio: filhos brasileiros que se transformaram em assassinos de seus pais portugueses. Exemplos extremos, mas representativos de um sentimento comum às novas elites. Como ressalta Freyre (1977, v. I, p. 274), “não foram poucos os bacharéis, doutores ou intelectuais brasileiros, filhos de portugueses, que se fizeram notar pelo ardor da lusofobia: espécie de substituição ou

compensação à fúria parricida”. Mas o antilusitanismo permaneceu também como sentimento popular, expresso nas agressões dos capoeiras. Estes, ainda segundo Freyre (1959a, v. II, p. 475), “não roubavam as carteiras dos portugueses; nem lhes arrancavam os anéis de brilhante dos dedos; nem os botões de ouro das camisas. Navalhavam-nos por navalhar; e não para matar ninguém”. Em São Paulo, estudantes de direito e caixeiros portugueses estabeleceram uma animosidade que durou décadas e gerou rixas periódicas (MORSE, 1970, p. 187).

Na origem desta animosidade, entre outros fatores, temos uma situação que atravessou todo o século XIX. Como acentua Levine (1980, p. 75), “a despeito de toda uma história de animosidade entre portugueses e brasileiros, os comerciantes portugueses dominavam o comércio varejista em todo o Nordeste e isso até o fim do Império”. Este domínio português gerou reações: em 1855 um deputado apresentou um projeto isentando os caixeiros brasileiros do recrutamento e do serviço ativo na Guarda Nacional, visando eliminar uma das alegações da preferência dada pelos portugueses a seus patrícios. Não foi, contudo, uma proposta inteiramente original, já que líderes revolucionários pernambucanos, em 1848, já haviam proposto a obrigatoriedade da existência de caixeiros nacionais nos estabelecimentos comerciais.

A figura do comerciante português – frugal, trabalhador, duro com ele mesmo e com os demais – gerou ressentimentos e incompreensões mútuas, traduzidos em ditos populares como este: “Qual a diferença entre o lojista francês e o mercador português? O primeiro faz da mulher caixeiro e o segundo do caixeiro mulher” (PRADO, 1968, p. 151).

O vocabulário popular continuou acumulando, no século XIX, expressões depreciativas referentes aos portugueses. Câmara Cascudo destaca a expressão “puça”, termo pejorativo com o qual os portugueses eram designados no período da independência, e registra um episódio descrito por um jornal de 1864, no qual a expressão é utilizada:

Essa gente cearense, conhecida por cabeça chata, é toda excomungada, porquanto, chegando de Portugal, ao tempo da Independência, uma imagem do Senhor dos Passos, embarcaram-na logo em uma jangada, com um saco de farinha e um barril de água, ao som de assobios e algazarra: Fora, puçal Fora, marinheiros (Apud CASCUDO, 1984, p. 640).

Portugueses eram marinheiros, eram puças, e eram pés-de-chumbo, termo este que designava, inicialmente, os soldados das Divisões Auxiliadoras Portuguesas que se envolveram nos incidentes de janeiro de 1822. Mais tarde, a expressão passou a identificar os membros de uma facção portuguesa hostil à emancipação e terminou por englobar todos os portugueses (NEVES, 2003, p. 220).

Finalmente, também o perfil do imigrante português funcionou como incentivo ao antilusitanismo. No período que abrange a segunda metade do século XIX e o início do século XX, um pouco mais de 1,3 milhões de portugueses, em sua maioria pobres e sem qualificação profissional, abandonou seu país em busca de novas terras, e a terra escolhida pela imensa maioria foi o Brasil. Apenas uns 200 mil portugueses rumaram para outros países (LEITE, 1999, p. 177).

Tal processo gerou conseqüências que reforçaram o estereótipo negativo do imigrante português, especialmente aos olhos das elites: não era este o imigrante com o qual elas sonhavam para a construção de um Brasil europeizado e, de preferência, próximo a um ideal racial ariano. E, por outro lado, era um concorrente para o brasileiro pobre, que precisava espremer-se para caber em uma ordem escravista e que teve que enfrentar a concorrência lusitana após a abolição.

O novo perfil do imigrante português acarretou desdobramentos no perfil do antilusitanismo. Segundo Rowland (2001, p. 161),

O estereótipo do português desdobrava-se, assim, em duas figuras: a do comerciante rico, explorador e usurário, e a do imigrante “burro de carga” que, ao aceitar (estupidamente) condições de trabalho que o brasileiro (esperto e malandro) recusaria, praticava uma concorrência desleal no mercado de trabalho.

O antilusitanismo representou, na virada para o século XX, um projeto de modernização voltado para a adoção de modelos culturais e comportamentais franceses, ingleses e alemães em substituição ao que se considerava a obsoleta influência portuguesa. Desta tentativa, fizeram parte, entre outros, Pereira Passos com seu objetivo de demolir e substituir um meio urbano excessivamente ligado a um passado lusitano por um projeto mais amplo, levado adiante por elites ansiosas em europeizar a cultura e a paisagem brasileiras.

Havia, também, motivações políticas: os republicanos eram antilusitanos por instinto e por convicção, já que associavam a monarquia a uma continuidade do domínio bragantino e, por tabela, lusitano: sensação agravada pelo fato de Saldanha da Gama e os participantes da revolta de 1893 terem obtido refúgio a bordo de navios portugueses. Este incidente levou Floriano Peixoto a romper relações com Portugal, o que, por sua vez, provocou a eclosão de tumultos nos quais os principais alvos eram portugueses: indícios de uma hostilidade popular latente, ainda não desaparecida.

De fato, o nacionalismo que se consolidou após a proclamação derivou para o que Sertório de Castro (1935, p. 106) chamou de “jacobinismo violento e rubro”, que tomou o antilusitanismo como diretriz ideológica. A associação entre monarquismo e lusitanismo chegou ao auge por ocasião da morte de D. Pedro II, pelo fato de a legação portuguesa ter-se enlutado por vinte dias. Os jacobinos reagiram com violência, e garantias foram solicitadas ao governo (JANOTTI, 1986, p. 50).

Republicanismo e antilusitanismo andaram juntos, e a crítica ao antigo regime confundiu-se com a crítica à influência portuguesa. Como acentua Oliveira (1990, p. 94), “o combate ao antigo regime e certa dose de lusofobia eram aspectos presentes no pensamento de todos os que desejavam uma nova sociedade, moderna, industrial e mesmo autoritária”. Com isto, o antilusitanismo terminou por ganhar foros de política oficial durante o governo de Floriano, que chegou a apoiar financeiramente o lançamento de **O Jacobino**, jornal que acusou a grande imprensa carioca de receber recursos do comércio português (LOBO, 2001, p. 27).

Lima Barreto acentua, contudo, um aspecto interessante e pouco mencionado no antilusitanismo de caráter jacobino. Segundo ele, na perspectiva jacobina, “o estrangeiro era sobretudo o português, o que não impedia de haver jornais ‘jacobiníssimos’ redigidos por portugueses da mais bela água” (BARRETO, 1986, p. 121).

Foi um antilusitanismo, enfim, que ainda evocava motivos econômicos. Assim é que os estatutos do Clube Jacobino de São Paulo colocavam como meta a ser alcançada “a de combater o nativismo dos portugueses que a todo o transe querem excluir o Brasil do comércio, opondo a isso o nosso nativismo também” (QUEIROZ, 1986, p. 101).

Monopolizando o comércio, os portugueses monopolizavam, também, o mercado de trabalho do principal setor econômico de uma cidade como o Rio de Janeiro. Corriam boatos referentes à existência, na Junta Comercial do Rio, de contratos de casas comerciais que proibiam a admissão, por seus sócios, de empregados brasileiros (RAMOS, 1957, p. 62), o que terminou por levar o antilusitanismo ao movimento operário durante a República Velha, em que os portugueses eram muitas vezes identificados com a burguesia; ambos, portanto, inimigos a serem combatidos.

Mas os portugueses buscaram reagir. A colônia portuguesa utilizou o Liceu de Artes e Ofícios e escolas gratuitas para treinar sua mão-de-obra, ao mesmo tempo em que criou, no período entre 1880 e 1903, apenas no Distrito Federal, 32.261 associações lusas registradas (LOBO, 1996, p. 292). A hostilidade aos imigrantes portugueses gerou reações, ainda, do governo português, que chegou a manifestar-se contra a imigração de seus cidadãos para o Brasil (MALATIAN, 2001, p. 91).

Coesos e bem organizados, os portugueses reservavam as vagas nos setores, por eles dominados, para os membros de sua colônia, o que acarretava a inevitável hostilidade de brasileiros, que se sentiam excluídos em sua própria terra. Brasileiros que, muitas vezes, viviam em cortiços e barracos dos quais um português era o proprietário (o cortiço descrito por Aluizio de Azevedo era o exemplo típico e talvez o principal), e que o acusavam de manipular e encarecer o preço dos alimentos.

Quantos portugueses havia no Rio de Janeiro, em 1890, e qual sua importância para a economia urbana? Segundo Queiroz (1986, p. 245),

em 1890, a cidade abrigava 522.651 habitantes, dos quais 155.202 vindos do exterior. Destes, 106.202 provinham de Portugal, sem contar os clandestinos: uma avassaladora maioria, portanto, que representava o maior e mais importante núcleo estrangeiro na capital do país.

A questão crucial, contudo, não é numérica e, sim, econômica: eles representavam 51% dos empregados no comércio e 90% dos carroceiros e cocheiros, monopolizando, praticamente, estas e outras profissões. E ainda, segundo um funcionário da legação portuguesa, controlavam cerca de 70% do capital financeiro, comercial e imobiliário da cidade (CARVALHO, 1987, p. 79-80). O domínio português em determinadas áreas terminou por gerar reações e, em 1920, um decreto governamental declarou a atividade pesqueira

monopólio dos brasileiros, quando a maioria dos pescadores no Rio de Janeiro era formada por portugueses.

Autor algum sintetizou tão bem o caráter antilusitano da ideologia republicana como Manoel Bomfim: sua obra tem, do início ao fim, o antilusitanismo como mola mestra. O povo brasileiro, para ele, possui “espírito de união, solidariedade patriótica, cordialidade nas relações internas”, mas foi degradado pela voracidade portuguesa, com funestas conseqüências políticas: “Depois de ter sido, durante quase dois séculos, carne viva para a varejeira lusitana, o Brasil acabou incluindo na sua vida o próprio estado que, de lá, emigrara, na plenitude da ignomínia bragantina” (BOMFIM, 1996, p. 57). Bomfim retoma e amplia a crítica republicana, aplicando-a não apenas ao Império, mas também à República: ambos os regimes dão continuidade às estruturas sociopolíticas coloniais, baseadas na exclusão social e na exploração. Ser antilusitano é reconhecer esta continuidade e combatê-la. Combatê-la, enfim, significa livrar o Brasil do que ele chama de “espesso bafio da mentalidade portuguesa”, quer em termos culturais, quer em termos políticos (BOMFIM, 1930, p. 323).

A necessidade de consolidar a construção da nacionalidade levou a uma ânsia de ruptura com Portugal também em outros planos que não o político, como se os diferentes vínculos com a antiga metrópole pedissem o abandono e a superação, ao mesmo tempo em que os intelectuais do período partiam na busca um tanto sôfrega de novos modelos culturais. Um sentimento, enfim, expresso à perfeição por José Veríssimo, já no início do século XX:

Os brasileiros sentimos que Portugal já nos deu tudo o que nos podia dar, e que dele nada mais temos a receber ou esperar. Que por amor do nosso futuro que se nos antolha esplêndido, não é para Portugal que devemos volver os olhos, senão para as nações que vão à frente da civilização, e das quais podemos haver não só braços e energias econômicas de toda a espécie, mas a luz espiritual de que ainda carecemos (VERÍSSIMO, 1986, p. 43).

Mas o relacionamento entre brasileiros e portugueses não foi de pura hostilidade. A colônia portuguesa teve defensores que se transformaram em ídolos: João do Rio comia de graça em qualquer restaurante carioca dirigido por portugueses, mas teve, por conta disso, críticos inconciliáveis como Antônio Torres e outros, que o consideravam um “vendido” à colônia portuguesa (CORRÊA, 2001, p. 369).

O antilusitanismo permaneceu esparsamente nas incontáveis piadas de português, mas desapareceu como fator político com a aceleração do desenvolvimento

capitalista, a partir dos anos 30. Na conclusão de Rowland (2001, p. 170), “o bode expiatório de uma sociedade urbana e industrial tinha de ser outro”. Chegamos, assim, ao fim de um processo que do nativismo derivou para o antilusitanismo: etapas do processo de gestação da nacionalidade brasileira, de sua afirmação, edificada em contraste, em confronto e em íntima aliança com a nação portuguesa. Uma hostilidade, afinal, motivada por fatores econômicos, culturais, políticos, e derivada tanto do estranhamento e da alteridade quanto da semelhança.

THE ANTI-PORTUGUESE MOVEMENT AND THE AFFIRMATION OF NATIONALITY

ABSTRACT:

This paper has the objective to discuss the origins and the meaning of the anti-Portuguese movement in the Brazilian History, taking into consideration the period that goes from the independence to the beginning of the 20th century, a time when the movement was expressive and radical. The lusophobia should be understood as a way to affirm the construction of nationality which was broken by the colonial past.

KEY-WORDS: *Anti-Portuguese Movement. Commerce. Nationalism*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, L. F. de; RENAUX, M. L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, L. F. de (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 291-335.

_____. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-93.

BARRETO, L. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ática, 1986.

BESSONE, T. Lusofobia. In: VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 500-501.

BOMFIM, M. **O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

_____. **O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira**. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, M. J. M. de. **Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo: Recife, 1822-1850.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CASCUDO, L. da C. **Dicionário do folclore brasileiro.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CASTRO, S. de. **A República que a revolução destruiu.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1935.

CAVALCANTI, P. **Eça de Queiroz, agitador no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1966.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais: medicina, advocacia e engenharia no Rio de Janeiro, 1822-1930.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FREYRE, G. **Ordem e progresso.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1959a.

_____. **Problemas brasileiros de antropologia.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1959b.

_____. **Sobrados e mucambos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

HOLANDA, S. B. de. Da monarquia à República. In: _____. (Org.). **História geral da civilização brasileira.** Tomo II, v. V. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Livro dos prefácios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JANOTTI, M. de L. M. **Os subversivos da República.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. **O Brasil e os brasileiros.** São Paulo: Nacional, 1941.

LEITE, J. da C. **O Brasil e a emigração portuguesa**. In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999.

LEVINE, R. M. **A velha usina**: Pernambuco na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, O. **Dom João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

LOBO, E. M. L. A imigração portuguesa e a mão-de-obra do Rio de Janeiro na Primeira República. In: SZMRECSÁNYI, T.; SILVA, S. **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996.

_____. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MALATIAN, T. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. São Paulo: Fapesp; Bauru: Edusc, 2001.

MARSON, I. A. **A rebelião praieira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINHO, L. M. Organização do trabalho e relações sociais nas firmas comerciais do Rio de Janeiro (Primeira metade do século XIX). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 18. São Paulo: USP, 1976.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MATTOS, I. R. de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MELLO, E. C. de. **Rubro veio**: o imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Top Books, 1997.

_____. (Org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

MONTEIRO, T. **História do Império**: o Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1939.

MONTEIRO, N. de G. **Imigração e colonização em Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

MORSE, R. M. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1970.

MOSHER, J. C. Political mobilization, party ideology and lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850. **The Hispanic American Historical Review**, v. 80, n. 4. Durham: Duke University Press, 2000.

NEVES, L. M. B. P. das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Faperj; Revan, 2003.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PEDREIRA, J. M. V. **Estrutura industrial e mercado colonial**: Portugal e Brasil (1780-1830). São Paulo: Difel, 1994.

PEREIRA, A. R. S. Hino nacional brasileiro: que história é esta? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 38. São Paulo: USP, 1995.

PRADO, J. F. de A. **D. João VI e o início da classe dirigente no Brasil** (depoimento de um pintor austríaco no Rio de Janeiro). São Paulo: Nacional, 1968.

QUEIROZ, S. R. R. de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUINTAS, A. **O sentido social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. O Nordeste, 1825-1850. In: HOLANDA, S. B. de. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II, v. II. São Paulo: Difel, 1985. p. 193-241.

RAMOS, G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, M. E. de B. **Os símbolos do poder**. Brasília: Editora da UnB, 1995.

ROWLAND, R. Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses. **Etnográficas**, v. V, n. 1. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social, 2001.

SOARES, C. E. L. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, O. T. de. **A vida de D. Pedro I**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

_____. **Fatos e personagens em torno de um regime**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

SOUZA, P. C. **A sabinada: a revolta separatista da Bahia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VERÍSSIMO, J. **Cultura, literatura e política na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.